

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 306**

Período: 20/09/2008 a 26/09/2008

GEDES -Brasil

- 1- Exército brasileiro fiscaliza área de fronteira com a Bolívia
- 2- Jornais apontam dilemas sobre a *Operação Guanabara*, nas favelas do Rio de Janeiro
- 3- Oito ações judiciais referentes à perseguição política na ditadura militar brasileira são julgadas nos estados de Alagoas e São Paulo
- 4- Exército, Marinha e Aeronáutica realizam operação conjunta no litoral brasileiro
- 5- Brasil firmará acordo com a França para construção de submarinos
- 6- Ministro da Defesa fornece laudo para investigações sobre escutas telefônicas
- 7- Ministério das Minas e Energia é favorável à participação de empresas privadas no setor de geração de energia nuclear
- 8- Sargento que se declarou homossexual é condenado por deserção

1- Exército brasileiro fiscaliza área de fronteira com a Bolívia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, soldados do Exército brasileiro estão posicionados nas duas pontes que ligam as cidades brasileiras de Brasiléia e Epitaciolândia, no estado do Acre. A ocupação ocorreu em virtude dos confrontos internos que estão em andamento na Bolívia, país vizinho. Os soldados realizam atividades como identificação e conferência dos destinos das pessoas que adentram em território brasileiro. Ainda sobre as relações entre os dois países, segundo *O Estado de S. Paulo*, durante a visita do ministro da Defesa boliviano, Walker San Miguel, ao ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, no dia 25/09/08, ficou acertado o reforço do controle militar e policial da fronteira, especialmente na região amazônica, tendo como foco o combate ao tráfico de drogas. San Miguel sugeriu inclusive que as Forças Armadas dos dois países organizem missões conjuntas de repressão, mas o Ministério da Defesa brasileiro afirmou que ainda não há nada acertado nesse sentido. Além disso, os ministros discutiram a necessidade de facilitação da exportação de caminhões brasileiros de uso militar para as Forças Armadas da Bolívia. Participaram também do encontro o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, e representantes da Polícia Federal e dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 20/09/08; O Estado de S. Paulo – Cidades – 26/09/08*).

2- Jornais apontam dilemas sobre a *Operação Guanabara*, nas favelas do Rio de Janeiro

Segundo os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, Exército e Marinha estão participando da *Operação Guanabara*, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) (ver Informe Brasil 304 e 305). No dia 20/09/08, as ocupações tiveram uma pausa, criticada por alguns candidatos que participam das eleições municipais no Rio. O motivo da crítica seria o espaço dado para bandidos atuarem sem a presença das tropas nos locais. No dia 21/09/08, o Exército começou a realizar uma nova fase dessa operação. O coronel André Novaes, porta-voz da operação, afirmou que a Força já esteve em 17 das 27 regiões a serem passadas na cidade, e que a pausa já

estava no cronograma. Por enquanto, não houve incidentes com milícias ou traficantes. João Trajano, cientista político, não concorda com esse esquema de proteção nas eleições utilizando o Exército. Afirma que isso não traz segurança posterior ao eleitor. Em contrapartida, Alba Zaluar, coordenadora do Núcleo de Pesquisas das Violências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), acredita ser essencial a participação militar nessa questão. Para a coordenadora, o poder exercido pelos traficantes deve ser combatido emergencialmente. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/09/08; Jornal do Brasil – País – 20/09/08; Jornal do Brasil – País – 21/09/08; Jornal do Brasil – Tema do Dia – 22/09/08; Jornal do Brasil – País – 24/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/09/08).

3- Oito ações judiciais referentes à perseguição política na ditadura militar brasileira são julgadas nos estados de Alagoas e São Paulo

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, oito ações movidas contra perseguições ocorridas durante o regime militar brasileiro (1964-1985) começaram a ser julgadas no dia 19/09/08. A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, com o apoio da Universidade Federal de Alagoas e do governo de Alagoas (AL) é quem julgará os casos. Cinco processos correspondem às perseguições políticas de indivíduos já falecidos. A comissão avalia que das 1000 ações movidas contra perseguições ocorridas, 30% já foram julgadas. No Brasil, 60 mil processos já foram levantados contra o governo do período militar. Os jornais *Folha de S. Paulo* e o jornal supracitado divulgaram a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo decretada no dia 23/09/08 a favor do coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra. Este foi acusado pela família de Luiz Eduardo Merlino de torturar e matar o jornalista durante o regime militar. O caso foi julgado por três desembargadores e a família de Merlino pode ainda recorrer ao Superior Tribunal de Justiça. Segundo a *Folha de S. Paulo*, no dia 24/09/08, ocorreu na Universidade de São Paulo um debate sobre o regime militar e a responsabilização de militares pelos atos de tortura e morte durante o período, no qual diversos acadêmicos expuseram suas opiniões e recordaram as discussões sobre a Lei da Anistia e a defesa, pelos ministros Tarso Genro (Justiça) e Paulo Vanucchi (Direitos Humanos), da responsabilização criminal dos militares e demais agentes públicos que agiram violentamente em 1964. O professor Vladimir Safatle afirmou que as ditaduras sul-americanas realizaram naquele período o “projeto nazista”, eliminando física e simbolicamente seus adversários. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/09/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 25/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/09/08).

4- Exército, Marinha e Aeronáutica realizam operação conjunta no litoral brasileiro

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, com o objetivo de manter a soberania nacional na zona de maior riqueza natural do país, que se estende por mais de 390 quilômetros do continente –a chamada Amazônia Azul– mais de 10.215 homens da Marinha, Exército e Aeronáutica, realizaram até o dia 26/09/08 um treinamento na aérea, denominado *Operação Atlântico*. Segundo o jornal, a Operação Atlântico pode ser entendida como uma resposta à iniciativa norte americana de reativar a IV Frota em abril deste ano, após 58 anos de sua desmobilização; além de servir para a exibição da capacidade das Forças Armadas brasileiras de mobilização militar em aéreas de reservas naturais. A operação Atlântico dará mais um argumento para

que os militares consigam mais recursos para adquirir outros meios para garantir a soberania nacional e a exploração das riquezas da costa brasileira. O país tem mais de 80% do seu petróleo e gás natural retirado de reservas que se localizam no mar e a pesca é um setor estratégico de potencial ainda não explorado, assim como o extrativismo mineral para além do petróleo. Para o fortalecimento das condições de defesa da costa brasileira, o Ministério da Defesa quer que a Petrobrás e outras exploradoras de petróleo contribuam para o reaparelhamento da Marinha, estimado em R\$ 5,8 bilhões. A Marinha brasileira pretende dobrar a sua frota de navios de patrulha, que atualmente conta com 27 destas embarcações, com o objetivo de alcançar condições efetivas de segurança nas áreas de prospecção de petróleo na costa brasileira. Com a descoberta de novas reservas petrolíferas, a Marinha também pleiteia pelo menos mais quatro novos submarinos até 2018, sendo que pelo menos um deles seja o aguardado submarino nuclear, que colocaria o controle da costa brasileira em outro patamar. O desenvolvimento do submarino nuclear está sob os cuidados do Centro Tecnológico da Marinha, que se localiza no interior de São Paulo, porém os militares precisam de um projeto de dimensões adequadas para poderem receber o reator. Iniciado há quase 30 anos, o programa nuclear da Marinha perdeu quase dez anos com a falta de recursos e, apesar de já ter gasto cerca de 2 bilhões de reais, a planta do reator nuclear levará de quatro a cinco anos para ficar pronta e terá que passar por diversos testes antes de chegar ao mar dentro de um casco de submarino. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/09/08).

5- Brasil firmará acordo com a França para construção de submarinos

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou no dia 22/09/08 que o Brasil fechará um convênio com a França para a construção de 04 submarinos convencionais, 01 de propulsão nuclear e helicópteros. Segundo Jobim, o acordo será assinado em dezembro de 2008 pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy, durante visita do francês ao Brasil. Informou ainda que o principal objetivo é proteger possíveis ameaças ao espaço marítimo brasileiro em função das recentes descobertas de reservas de petróleo na camada pré-sal. No dia 26/09/08 foi ativada na cidade do Rio de Janeiro a Coordenadoria do Programa de Desenvolvimento de Submarino de Propulsão Nuclear, que deverá acelerar e gerenciar a construção do submarino nuclear, sendo que a coordenação do programa ficará a cargo do almirante de esquadra da reserva José Alberto Accioly Fragelli. Segundo *O Estado de S. Paulo*, a medida é um importante passo para retomar a construção de submarinos convencionais no Arsenal do Rio de Janeiro, preparando-o para a efetivação do acordo com a França. Para o almirante Álvaro Luiz Pinto, comandante de Operações Navais da Marinha, o Brasil precisa de “submarinos convencionais, mais adequados para o controle de águas perto da nossa costa. Além disso, ele vai dar o embasamento para alcançarmos o submarino nuclear” que, segundo o almirante, levará pelo menos 10 anos para ser construído. (*Folha de S. Paulo* – Brasil – 23/09/08; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 23/09/08; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 26/09/08; *Jornal do Brasil* – País – 29/09/08).

6- Ministro da Defesa fornece laudo para investigações sobre escutas telefônicas

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* informaram que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, entregou no dia 23/09/08 à Comissão Parlamentar de

Inquérito (CPI) dos Grampos um laudo realizado por engenheiros do Exército que confirma a denúncia de Jobim de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) possui equipamentos capazes de realizar escutas telefônicas se acoplados a outros equipamentos. A Abin é uma agência subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o chefe do GSI, o general Jorge Felix, encaminhou ofício pedindo adiamento de seu depoimento à CPI. Nelson Jobim também divulgou a relação de compras realizadas pelo Exército em 2005 e afirmou que enviará à CPI a lista de compras dos quatro últimos anos. A CPI comparará os laudos do Exército e da Polícia Federal no seguimento das investigações. O mesmo jornal ainda noticiou que o sargento da Aeronáutica Idalberto Martins de Araújo, que depôs no dia 24/09/08 em audiência da CPI dos Grampos, negou ter contribuído com as investigações da Operação Satiagraha, conforme acusavam. A afirmação é contrária à do chefe da Operação, delegado Protógenes Queiroz, segundo a qual o militar havia repassado a ele informações sobre o paradeiro de aviões do banqueiro Daniel Dantas. Araújo apenas confirmou ter intermediado a contratação de dois agentes aposentados que agiram na operação. (Folha de S. Paulo – Brasil - 24/09/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 25/09/08; O Estado de S. Paulo - Nacional - 24/09/08).

7- Ministério das Minas e Energia é favorável à participação de empresas privadas no setor de geração de energia nuclear

Conforme divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério de Minas e Energia manifestou-se a favor da quebra do monopólio da União na construção e operação de reatores nucleares – monopólio este previsto na Constituição Brasileira–, defendendo que empresas privadas participem na geração de energia nuclear, dinamizando o setor econômico, reduzindo os custos da energia e possibilitando investimentos em outras áreas como educação e saúde. A nota divulgada pela Secretaria de Planejamento do Ministério de Minas e Energia foi enviada ao deputado federal Alfredo Kaefer, autor da proposta de emenda constitucional para a quebra do monopólio da União, que já se encontra em tramitação no Congresso Nacional. No texto apresentado pela Secretaria, o ministério ressalta que não analisou a questão do ponto de vista da segurança nacional no setor, o que foi rebatido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Em nota, a CNEN declarou que o “assunto é sensível por envolver a questão nuclear e também de definição da matriz elétrica brasileira e, portanto, deve ser tratado sob o ponto de vista estratégico e mantido sob o controle do Estado”. Apenas futuramente a geração de energia nuclear poderia ser passada à iniciativa privada. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 26/09/08).

8- Sargento que se declarou homossexual é condenado por deserção

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, a Justiça Militar condenou no dia 25/09/08 o sargento do Exército Laci de Araújo a seis meses de prisão por deserção. O caso do sargento ganhou repercussão em virtude de sua entrevista à revista “Época”, em junho de 2008, na qual Araújo falou sobre seu relacionamento homossexual com o ex-sargento Fernando Alcântara, também do Exército. Uma semana depois, na saída de um programa de televisão no qual Araújo foi entrevistado sobre o assunto, ocorreu sua prisão, sob a acusação de deserção. Alegando que estava afastado por problemas de saúde, Araújo se disse vítima de homofobia e perseguição. O julgamento ocorreu

na 11ª Circunscrição Judiciária Militar, em Brasília, e a condenação baseou-se num laudo militar apresentado que afirmava que o sargento estava apto para o serviço. O documento é contestado pela defesa de Araújo, que pode recorrer da sentença. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/09/08; O Estado de S. Paulo – Vida & - 26/09/08; Jornal do Brasil – País – 26/09/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo integral de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).